



*Aprouada*  
*Favor - 37 votos*  
*Abst. - 7 votos*

ATA DA 3.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2012  
DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL

--- Aos vinte e três dias do mês de Novembro de dois mil e doze, no Auditório Municipal (Casa Santo António do Buraquinho) em Ponte da Barca, pelas dezassete horas e cinquenta minutos, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Minho Lima, adiante designada por CIM Alto Minho, nos termos e para os fins previstos na respetiva Convocatória. ---  
--- Presidiu a reunião Rui Manuel Taxa da Silva Araújo, na qualidade de Presidente da Assembleia Intermunicipal.-----

--- O senhor Presidente da Assembleia passou de imediato à leitura da Ordem de Trabalhos. ---  
1 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

1.1. Apreciação e votação da Ata da 2.ª Reunião Ordinária de 2012 da Assembleia Intermunicipal; -----

1.2. Apreciação de assuntos de interesse da Comunidade Intermunicipal, da iniciativa dos Membros da Assembleia; -----

2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

2.1. Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal, a qual é apresentada pelo Presidente do Conselho Executivo (ponto 3, art.º 29º do Regimento);-----

2.2. Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2013;-----

2.3. Autorização para Empréstimo a Curto Prazo;-----

2.4. Transferências das Contribuições Financeiras dos Municípios Associados;-----

2.5. Mapa de Pessoal;-----

2.6. Abertura de Concurso de Pessoal;-----

2.7. Proposta de Revisão do Regulamento de Funcionamento dos Serviços;-----

2.8. Despesas de Representação.-----

3 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia verificou as seguintes substituições: o membro Paulo Alexandre Baptista Teixeira de Moraes (PSD Ponte de Lima) fez-se substituir por Jorge Filipe Martins Lima; o membro Rui Henrique Ribeiro Rodrigues Alves, (PSD Arcos de Valdevez) justificou a sua falta e fez-se substituir por Salvador Pinto Mor que por sua vez comunicou a sua impossibilidade de estar presente; a membro Maria João Martins Vassalo Abreu (PS Ponte da Barca) fez-se substituir por António José de Sousa Rocha; a membro Irene Fátima de Sá Pacheco (PSD Caminha) fez-se substituir por Narciso Correia; o membro José Adriano Monteiro



Alves (PS Monção) fez-se substituir por António Manuel Gonçalves Simões. A membro Rosa Maria Pereira Araújo Arezes e o membro Vasco Duarte Eiriz de Sousa, justificaram as suas faltas à posteriori. O membro José António Lopes Nogueira não justificou a sua falta.-----

--- O senhor Presidente concedeu a palavra ao membro José Alfredo Oliveira.-----

José Alfredo Oliveira (PSD) – Após cumprimentar todos os presentes, enquanto eleito pela Assembleia Municipal de Ponte da Barca apresentou as boas vindas, manifestando regozijo pela realização desta Assembleia em Ponte da Barca, enaltecendo as atividades desenvolvidas pela CIM nomeadamente a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Alto Minho; o Concurso Escolar "Alto Minho 2020" assim como os Seminários realizados pela CIM "Alto Minho 2020"; referindo os bons resultados obtidos pela CIM no desempenho das suas funções em várias áreas e o reconhecimento pelo Governo, no âmbito da Reforma da Administração Local ao ter selecionado esta Comunidade Intermunicipal com uma das CIM's piloto no desenvolvimento de estudo de novas atribuições a estes serviços. Abordou o entendimento do Governo em integrar, as CIM's no âmbito da Proposta de Lei nº 104/XII apresentada na Assembleia da República no passado dia 24 de Outubro. Realçando a cooperação municipal como um dos principais vetores da coesão territorial. (Doc. 13/2012) -----

#### **1 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----**

##### **1.1. Apreciação e votação da Ata da 2.ª Reunião Ordinária de 2012 da Assembleia Intermunicipal.-----**

--- O senhor Presidente da Assembleia deu por abertas as inscrições para discussão deste ponto. -----

--- Não havendo inscrições o senhor Presidente da Assembleia passou de imediato à sua votação tendo sido aprovada com 36 votos a favor, 0 votos contra e 8 abstenções. -----

##### **1.2. Apreciação de assuntos de interesse da Comunidade Intermunicipal, da iniciativa dos Membros da Assembleia.**

--- O senhor Presidente da Assembleia deu por abertas as inscrições para discussão deste ponto. -----

--- Inscreveu-se o membro: Pedro Sousa Lobo. -----

Pedro Sousa Lobo (PS) – Após cumprimentar todo o plenário, apresentou uma moção contra o Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica/Extinção/Agregação de freguesias – Lei nº 22/2012, de 30 de maio. (Doc. 14/2012) -----

O senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para discussão da moção e inscreveu-se o membro Roleira Marinho.-----

Roleira Marinho (PSD) – Após cumprimentar todo o plenário, manifestou-se contra a moção apresentada, argumentando que a moção é extemporânea, porque existe uma Lei já aprovada pela Assembleia da República e as Leis discutem-se, mas cumprem-se enquanto em vigor, por



*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

outro lado, que o Partido Socialista se manteve afastado da discussão, embora fosse o mesmo PS que no seu Programa Eleitoral para a Assembleia da República prometeu a extinção de mil freguesias e propôs que tal desiderato constasse do memorandum assinado com a "Troika" e ainda, a reorganização proposta aponta para a agregação de Freguesias e não a sua extinção, motivos pelos quais o PSD, enquanto Grupo Intermunicipal, votará contra a moção, embora alguns dos seus elementos, individualmente considerados, poderão assumir outra posição de voto.-----

--- O senhor Presidente da Assembleia colocou a moção à votação, tendo sido aprovada com 22 votos a favor, 16 votos contra e 5 abstenções.-----

--- Os seguintes membros pediram para fazer declaração de voto:-----

Emília Cerqueira (PSD) – Cumprimentando todo o plenário, votou em coerência com a posição assumida na Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez.-----

Décio Guerreiro (PSD) – Após cumprimentar toda a Assembleia, justificou a sua abstenção pelo fato de ter entrado atrasado na sala e não ter conhecimento da moção apresentada.-----

Narciso Correia (PSD) – Cumprimentando todos os presentes, absteve-se pelo direito à indignação, invocando que o diploma apresenta várias inconstitucionalidades.-----

José Carlos Freitas (CDS) – Após cumprimentar todos os presentes, demonstrou o repúdio pela aplicação das normas constantes na Reforma Administrativa Territorial em vigor. Referiu votar favoravelmente a proposta, reconhecendo ser irónico a mesma ter sido apresentada precisamente pela bancada do partido que inicialmente a idealizou. Comunica coerência com a posição que havia assumido, fundamentadamente, em sede de reunião da Assembleia Municipal que representa. Considera esta reforma extemporânea, tendo em consideração o aproximar das eleições autárquicas e que prevê que este processo se arrastará para além do momento eleitoral referido, em consequência da interposição de providências cautelares apresentadas por freguesias e municípios afetados bem como pela suscitação do carácter inconstitucional da própria lei. Realça como único, o papel, que as juntas de freguesia assumem enquanto prestadoras de um serviço social insubstituível no momento de crise social, financeira e económica em que nos encontramos. Referindo a freguesia de Santa Maria Maior, a maior do distrito que assume por livre iniciativa o ónus de alimentar muitas famílias em dificuldades ajudando a regularizar diversas dívidas de gastos quotidianos. Afirma, que este é um processo inconsequente que instalará uma certa desorganização.-----

## **2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

### **2.1. Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal, a qual é apresentada pelo Presidente do Conselho Executivo (ponto 3, art.º 29º do Regimento).**-----

--- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente do Conselho Executivo.-----



*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

--- O senhor Presidente do Conselho Executivo começou por esclarecer a questão sobre o hastear da “bandeira”. -----

--- De seguida fez uma breve abordagem de apreciação da atividade da CIM no último semestre de 2012, nomeadamente, PTD e Bolsa de Mérito salientando a sua execução:-----

(i) A taxa atual de execução do PTD Minho-Lima situa-se nos 98%, tendo sido aprovadas neste âmbito 62 candidaturas, que ascendem a um investimento total elegível na ordem dos 84 milhões de euros, financiados pelo FEDER com 67 milhões de euros. -----

(ii) Relativamente à Bolsa de Mérito, informou que até ao momento, foram candidatas 47 operações, em áreas prioritárias como o Ciclo Urbano da Água, Áreas de Acolhimento Empresarial e Equipamentos de Valorização de Recursos Específicos, das quais:-----

a) Foram aprovadas 28 operações, com um investimento total elegível que ascende aos 38 milhões de euros; -----

b) Encontram-se admitidas 4 candidaturas com um investimento total elegível na ordem dos 7,8 milhões de euros e em análise 15 candidaturas com um investimento elegível que ronda os 9,8 milhões de euros, que aguardam disponibilidade financeira.-----

--- Tendo abordado ainda a execução e ponto de situação das diversas candidaturas/projetos que se encontram a ser dinamizados pela CIM Alto Minho: (i) Prioridades Serviços Públicos Locais e Intermunicipais: qualificar, modernizar e racionalizar; (ii) Economia Regional: promover o potencial endógeno e os (iii) Fatores Chave de Competitividade; estratégia e capacitação institucional: planear, cooperar e capacitar. -----

--- O Senhor Presidente fez uma abordagem em termos globais ao orçamento da CIM para o ano de 2013, estando previsto um volume global de receitas e despesas de 3.716.652,49 euros, representando um decréscimo de 14% em relação ao ano anterior, estando este ajustamento relacionado com a componente de projetos cofinanciados e encontrando-se em fase final de execução no âmbito do QREN 2007-2013; várias iniciativas em fase inicial de desenvolvimento como é o caso do “Plano de Formação para as Autarquias Locais 2012/2013”, e o “Plano de Comunicação do Centro de Mar”; e ainda, alguns projetos que aguardam decisão das Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais quer para reprogramações quer para novas aprovações.-----

Acrescenta que o ano de 2013 à semelhança do ano de 2012 será um ano de grandes incertezas, que dificultam o planeamento orçamental, devido às sucessivas oscilações nos processos de decisão da gestão do QREN, estando a ser exigido aos municípios esforços no processo de consolidação orçamental e ainda as implicações da Reforma da Administração Local nas futuras instalações da CIM. -----

--- Faz um enquadramento da despesa, informando que cerca de 58% das despesas se relacionam com o investimento direto da CIM Alto Minho em 28 projetos com cofinanciamento



comunitário em diversos domínios; as despesas gerais e de funcionamento cerca de 23%, sendo o restante relativo a outras despesas (aquisição dos Quadros Interativos para as escolas) e assessorias especializadas, de acordo com o discriminado nos mapas das Grandes Opções do Plano.-----

--- Quanto à receita que se estima arrecadar tem a sua proveniência em Transferências do Orçamento de Estado e nas Transferências dos Municípios: relativas a "quotas" e "contrapartida nacional" nos projetos com cofinanciamento comunitário e "transferências" (FEDER/FSE e FEP) de projetos no âmbito do QREN de acordo com o apresentado nos mapas das Grandes Opções do Plano. -----

--- Relativamente à proposta para Empréstimos a Curto Prazo foi dada nota que à semelhança de anos anteriores, e considerando a dependência da estrutura financeira dos fundos estruturais e das verbas do Orçamento de Estado, sendo difícil uma previsão em termos de tesouraria, para colmatar o hiato temporal entre pagamentos e recebimentos têm sido contratados Empréstimos a Curto Prazo, previstos nos estatutos da CIM Alto.-----

--- Relativamente às contribuições financeiras dos municípios associados, refere que as mesmas se baseiam em quotas, participações dos municípios referentes à contrapartida de projetos comunitários; Canil Intermunicipal e outras.-----

--- No que concerne ao mapa de pessoal, de acordo com a Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, apresenta-se a proposta de mapa de pessoal para 2013.-----

--- Relativamente à abertura de concurso de pessoal, dá conhecimento da redução de pessoal dos últimos quatro anos, em função de alterações estruturais de trabalhadores, sendo contabilizados atualmente 24 trabalhadores, com um crescimento contínuo e sustentado do nível de atividade da CIM comprovados pelos diversos instrumentos previsionais e de prestação de contas apresentados. Dá conhecimento da existência de 4 situações de relação jurídica de emprego público por tempo determinado, dos quais 3 terminam em 2013, correspondentes a funções imprescindíveis ao bom funcionamento dos serviços: apoio na implementação de projetos com cofinanciamento comunitário e três situações de funções no Canil Intermunicipal, sendo o total de colaboradores neste setor. Assim, propõe a abertura de processo de recrutamento de trabalhadores para as categorias: Assistente Administrativo (1) e Assistentes Operacionais (3), mantendo-se o número de trabalhadores, propondo-se apenas, a alteração do regime jurídico dos casos apresentados.-----

--- Quanto à revisão do regulamento de funcionamento dos serviços, refere que o mesmo visa ajustar-se às reais necessidades da CIM Alto Minho e proceder-se às adaptações do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico da Organização dos Serviços das Autarquias Locais, nomeadamente, alteração das terminologias da estrutura orgânica no



*9/10/2012*  
*17*  
*4-*

que respeita a "unidades e subunidades orgânicas dos respetivos serviços", diminuindo de duas para uma equipa de projeto e, subsequente criação de uma subunidade orgânica e ainda alteração das designações nos termos do mesmo Decreto.-----

--- Por fim, foi abordado o assunto de despesas de representação, atendendo à recente publicação da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, em que refere no seu artº. 24º, a competência da Assembleia Intermunicipal, sob proposta do Conselho Executivo, para a atribuição de despesas de representação no montante fixado para o pessoal dirigente da administração central aos titulares de cargos de direção superior de 1º grau e de direção intermédia de 1º e 2º graus, propõe a continuidade do abono das mesmas, com efeitos à data de entrada em vigor da referida Lei.-----

## **2.2 Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2013**

--- O senhor Presidente da Assembleia deu por abertas as inscrições para discussão deste ponto. -----

--- Inscreveu-se o membro Victor Costa Lima.-----

Victor Costa Lima (PSD) – Após cumprimentar todos os membros, informa considerar o orçamento ambicioso e, que o PSD aprovará o documento.-----

--- Não havendo mais inscrições o senhor Presidente da Assembleia passou de imediato à sua votação tendo sido aprovado por unanimidade. (Doc.15/2012) -----

---Sendo a minuta submetida ao plenário para efeitos, de aprovação em minuta, o senhor Presidente colocou à consideração a dispensa da sua leitura tendo sido aprovada por unanimidade. -----

## **2.3 Autorização para Empréstimos a Curto Prazo**

--- O senhor Presidente da Assembleia deu por abertas as inscrições para discussão deste ponto. -----

---Não havendo inscrições o senhor Presidente da Assembleia passou de imediato à sua votação tendo sido aprovado por unanimidade. (Doc.16/2012) -----

---Sendo a minuta submetida ao plenário para efeitos, de aprovação em minuta, o senhor Presidente colocou à consideração a dispensa da sua leitura tendo sido aprovada por unanimidade.-----

## **2.4 Transferências das Contribuições Financeiras dos Municípios Associados**

--- O senhor Presidente da Assembleia deu por abertas as inscrições para discussão deste ponto. -----

---Não havendo inscrições o senhor Presidente da Assembleia passou de imediato à sua votação tendo sido aprovado por unanimidade. (Doc.17/2012) -----



*Handwritten signature and initials*

---Sendo a minuta submetida ao plenário para efeitos, de aprovação em minuta, o senhor Presidente colocou à consideração a dispensa da sua leitura tendo sido aprovada por unanimidade.-----

### **2.5 Mapa de Pessoal**

--- O senhor Presidente da Assembleia deu por abertas as inscrições para discussão deste ponto. -----

---Não havendo inscrições o senhor Presidente da Assembleia passou de imediato à sua votação tendo sido aprovado por unanimidade. (Doc.18/2012)-----

---Sendo a minuta submetida ao plenário para efeitos, de aprovação em minuta, o senhor Presidente colocou à consideração a dispensa da sua leitura tendo sido aprovada por unanimidade.-----

### **2.6 Abertura de Concurso de Pessoal**

--- O senhor Presidente da Assembleia deu por abertas as inscrições para discussão deste ponto. -----

---Não havendo inscrições o senhor Presidente da Assembleia passou de imediato à sua votação tendo sido aprovado por unanimidade.(Doc.19/2012) -----

---Sendo a minuta submetida ao plenário para efeitos, de aprovação em minuta, o senhor Presidente colocou à consideração a dispensa da sua leitura tendo sido aprovada por unanimidade.-----

### **2.7 Proposta de Revisão do Regulamento de Funcionamento dos Serviços**

--- O senhor Presidente da Assembleia deu por abertas as inscrições para discussão deste ponto. -----

---Não havendo inscrições o senhor Presidente da Assembleia passou de imediato à sua votação tendo sido aprovado por unanimidade. (Doc.20/2012) -----

---Sendo a minuta submetida ao plenário para efeitos, de aprovação em minuta, o senhor Presidente colocou à consideração a dispensa da sua leitura tendo sido aprovada por unanimidade.-----

### **2.8 Despesas de Representação.**

--- O senhor Presidente da Assembleia deu por abertas as inscrições para discussão deste ponto. -----

---Não havendo inscrições o senhor Presidente da Assembleia passou de imediato à sua votação tendo sido aprovado com 42 votos a favor, 0 votos contra e 2 abstenções. (Doc.21/2012)-----

---Sendo a minuta submetida ao plenário para efeitos, de aprovação em minuta, o senhor Presidente colocou à consideração a dispensa da sua leitura tendo sido aprovada por unanimidade.-----

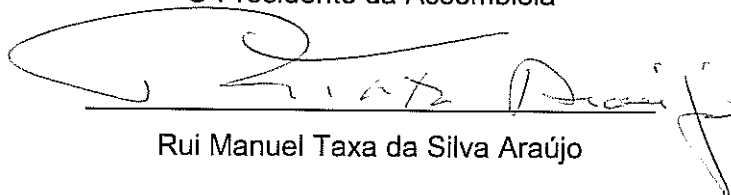


**3 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.** -----

--- O senhor Presidente passou ao terceiro ponto da Ordem do Dia. Todavia, não se registaram quaisquer inscrições, depois de inquiridos os presentes. -----

--- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia agradeceu e encerrou, pelas vinte horas, os trabalhos desta reunião, dos quais, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada no próximo plenário, será assinada pelos Membros da Mesa e por mim, Maria Virgínia Guedes do Rego que a redigi.-----

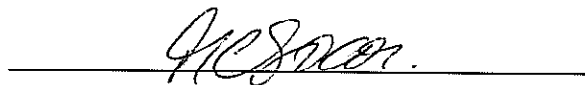
O Presidente da Assembleia



---

Rui Manuel Taxa da Silva Araújo

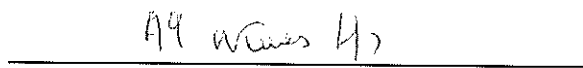
A Vice-Presidente da Assembleia



---

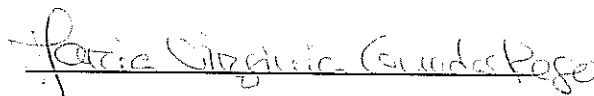
Maria Conceição da Cunha Aragão Soares

O Secretário da Assembleia



---

Abel Nunes Lopes



---

Maria Virgínia Guedes do Rego